

2ª Reunião do Comitê de Patrimônio Logística Sustentável

Ata de Reunião

Data:	04/08/2023	Horário:	9h00
Local:	Reunião presencial realizada na sala do Diretor da SA.		
Pauta	1. Discutir questões alusivas à auditoria na área de gestão e manutenção de bens e imóveis; 2. Necessidade de revisão do Planejamento Estratégico do TRT6, para incluir ação específica relacionada à gestão e manutenção de bens imóveis no item de Aprendizado e crescimento; 3. Outros assuntos.		
Participantes:	SERGIO RICARDO BATISTA MELLO; VERONICA TAVARES CAVALCANTI; MURILO GOMES LEAL; LUCIANA DE MORAES HAZIN; JEANE NUNES DE QUEIROZ; PAULO HENRIQUE REGIS DE CARVALHO BARBOSA; ROSEANGELA BEZERRA VIEIRA e ALEXSANDRA SILVA.		

Foram discutidos os seguintes tópicos:

Item	Assunto	Discussão
1	Abertura.	<ul style="list-style-type: none">- O Diretor da Secretaria Administrativa abriu a reunião, discorrendo sobre a importância em criar ações que visem promover a manutenção, a regularização e conservação dos imóveis do TRT-6. Reportou-se à auditoria realizada pelo CSJT neste Regional, enfatizando que houve apontamentos diretos quanto à necessidade de ajustes do plano de gestão e manutenção do patrimônio imobiliário deste Regional.- Após, foram reiterados os dois tópicos, objeto da pauta da presente reunião.
2	Destaque sobre a importância da elaboração de ações para Gestão e manutenção de Imóveis deste Regional.	<ul style="list-style-type: none">- Sérgio Mello enfatizou a necessidade de inserir ações específicas na gestão e na manutenção dos imóveis deste TRT no mapa estratégico do TRT, ressaltando que tais medidas devem ser tratadas como prioritárias.- Foi destacada a importância de mapear tais ações e buscar normativos de outros regionais para adaptação à nossa realidade, com foco também na gestão de riscos.

3	Apresentação de programa de gestão de riscos.	<ul style="list-style-type: none"> - O Diretor da S.A. enfatizou que já se reuniu com Alexandra para tratar da temática atinente à gestão de riscos em geral, ocasião em que foi avaliada também a gestão de riscos nos procedimentos relativos à gestão e manutenção de imóveis do TRT. - Ressaltou a relevância de formalizar um plano abrangente para a gestão de imóveis, incluindo um programa de ações que definam uma política sólida para o imobiliário do Regional. - Pediu a Alexandra para pesquisar e apresentar soluções de como poderia ser aprimorada a política de gestão imobiliária e do próprio plano de manutenção no estudo que já está sendo realizado para gestão de risco.
4	Mapeamento de riscos nos processos de gestão e manutenção de imóveis deste Regional.	<ul style="list-style-type: none"> - Com a palavra, Alexandra ressaltou a importância de distinguir os processos de gestão e manutenção de para imóveis, deste TRT, destacando a necessidade de mapeamento de riscos nos dois processos (gestão e manutenção), como 02 eixos distintos. - Afirmou, ainda, ser necessário consultar pessoas chaves que trabalham com os processos e projetos para explicarem as peculiaridades dos seus respectivos trabalhos, nos seus setores (Licitação, Regularização, contratos, etc). Explicou sucintamente a maneira como elaboraria o mapeamento do processo de gestão de risco dos imóveis.
5	Necessidade de qualificação da equipe para realizar as atividades propostas.	<ul style="list-style-type: none"> - O Diretor da S.A. enfatizou a necessidade de qualificação da equipe para o trabalho de gestão e manutenção no imobiliário deste TRT e relatou esforços para buscar engenheiros de outros órgãos. Complementou sua fala alertando que o Tribunal ainda tem um déficit de pessoal com a qualificação para realização do trabalho imobiliário em questão. Relatou que teve uma reunião com um engenheiro do TRT-5, que está com interesse em vir para este TRT, ajudar nessa demanda. Além disso, registrou que contactou uma engenheira de outro Órgão para compor a força de trabalho direcionada à presente tarefa.

6	A contratação de estagiários.	<ul style="list-style-type: none"> - Verônica sugeriu a contratação de estagiários da área de engenharia ambiental no sentido de auxiliar na execução das ações estipuladas no Plano de Gestão e Manutenção Patrimonial em epígrafe. Registrou que a recente contratação de uma estagiária desta área para a SSAI tem sido muito exitosa, proporcionando ganhos para a seção e aprendizagem para estagiária. - Sérgio Mello acatou a sugestão de Verônica e disse que iria entrar em contato com a seção de estágio e propor a análise da demanda.
7	Otimização da comunicação das unidades deste TRT.	<ul style="list-style-type: none"> - Com a palavra, Paulo Henrique Regis trouxe à tona a existência de diferentes unidades (Subcomitês, Seções, Coordenadorias, etc) que elaboram o PLS, o Plano de Contas, bem como Gestão de Risco, apontando a falta de comunicação entre elas como uma barreira para o progresso. Alexandra, Luciana e Verônica concordaram com a observação e propuseram uma reunião de alinhamento para padronizar procedimentos em sustentabilidade, gestão e manutenção no imobiliário do TRT.
8	Elaboração de guia de impacto ambiental como orientador das contratações	<ul style="list-style-type: none"> - Foi cogitada a elaboração ou aperfeiçoamento de guia de impacto ambiental como orientador das contratações deste Regional. - Todos os presentes concordaram sobre a relevância de documentos como o guia de impacto ambiental para estabelecer indicadores e definir as responsabilidades das unidades. - Na ocasião, foi compartilhado cópia dos documentos.
9	Da descentralização da atividade de gestão de risco nos processos deste Tribunal.	<ul style="list-style-type: none"> - Paulo Henrique mencionou que haverá um curso de Bizagi, cujo teor pode vir a facilitar o Processo de mapeamento dos processos/projetos. Enfatizou o interesse do servidor Tiago em aprender o Bizagi. - Luciana enfatizou a relevância estratégica de difundir a cultura de análise e mapeamento na gestão de riscos e projetos, propondo a descentralização dessas atribuições para abranger todas

		<p>as áreas do Tribunal. Afirmou que a participação ampla nessas práticas otimizaria a utilização dessas ferramentas, resultando em benefícios significativos para o Tribunal.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alessandra relatou que promoverá próximo mês um treinamento de gestão de processos.
10	Dificuldade de comunicação entre as unidades do Tribunal.	<ul style="list-style-type: none"> - Na sequência, Murilo tomou a palavra e compartilhou as dificuldades enfrentadas ao encaminhar demandas para os Subcomitês, sugerindo a criação de unidades específicas para cada Subcomitê no sistema Proad para simplificar a comunicação. - Por sua vez, Sérgio Mello propôs a criação de dois processos para solicitar à DPI a realização do mapeamento da gestão imobiliária e da manutenção de imóveis.
11	Doação de bens.	<ul style="list-style-type: none"> - Em relação à doação de bens, Verônica destacou a necessidade de um estudo mais detalhado, de acordo com a resolução 400 do CNJ, considerando as políticas de sustentabilidade. - Sérgio Mello sugeriu que, ao ser doado o bem, deverá entrar em contato com a instituição solicitante comunicando que o órgão beneficiário deverá acompanhar o processo de doação que está em trâmite neste Regional. - No tocante à documentação das instituições beneficiárias, Murilo e Sérgio Mello reforçaram a importância de verificar sua regularidade. - Sérgio Mello registrou o problema que houve com a IFPE, dizendo ter havido processo de doação de bem ao instituto, porém, por questões formais, o Tribunal não entregou o material a ser doado, estando pendente até hoje.
12	Política de doação de bens inservíveis.	<ul style="list-style-type: none"> - Verônica levantou questionamentos sobre a política de descarte de bens inservíveis, mencionando uma empresa de logística reversa em Recife que está regularizada e possui um viés social. Ela propôs entrar em contato com essa empresa para uma possível parceria na destinação de bens. Inclusive, disse que tal instituição tem um termo de parceria com o TRF.

		<ul style="list-style-type: none"> - Sergio Mello propôs entrar em contato com a empresa em tela, a fim de averiguar a viabilidade de firmarmos um convênio, termo de cooperação ou outra modalidade de parceria, quanto à doação dos bens inservíveis.
13	Procedimento de doação de bens inservíveis deste TRT.	<ul style="list-style-type: none"> - Murilo ressaltou as limitações do Tribunal em analisar a regularidade das doações devido à falta de recursos humanos. Luciana indagou se havia uma política de doação de bens. - Murilo informou que o critério usado é a oportunidade e conveniência.
14	Desenvolvimento de diretrizes para estabelecer critérios de doação de bens.	<ul style="list-style-type: none"> - Luciana recomendou a criação de um normativo para definir critérios para doação, especialmente quando várias instituições estão interessadas em receber. Ressaltou, ainda, que a doação de bem inservíveis poderia se alinhar com ações ou projetos sociais, beneficiando público socialmente vulnerável (Ex. doação de material de informática para escolas ou instituições que ensinem a jovens); - Murilo observou a complexidade de priorizar doações, dada a diversidade de pedidos de diferentes órgãos da federação. Ele destacou as parcerias com Oscip's e ONGs que costumam receber bens inservíveis do Tribunal. - Finalizando a reunião, Sérgio Mello encerrou o diálogo e pediu a Verônica que resumisse os pontos discutidos na ata de forma sucinta.

E nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pelo diretor da SA, Sérgio Mello, e para constar, eu, Napoleão Gomes da Fonseca Filho, Técnico Judiciário lotado na SSAI, transcrevi a presente Ata, que foi revisada por Verônica Tavares Cavalcanti e que também será lida, revisada e assinada pelo CPLS.